



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

Processo nº: 31350/2018-e

Origem: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria Programada. PGA-TCDF/2018 - Relatório Prévio de Auditoria de Regularidade. Fiscalização que teve por objeto verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área.

Encaminhamento à jurisdicionada para manifestação (Decisão nº 155/2019). Juntada de documento. Pronunciamento da jurisdicionada. Relatório Final de Auditoria. Determinações (Decisão nº 3428/2019). Cumprimento parcial. Providências a serem verificadas em futura auditoria. Sugestão de reiteração de medidas. Alerta para a possibilidade de multa (Decisão nº 3951/2020). Não cumprimento da diligência. Nova reiteração (Decisão nº 1501/2021).

Cumprimento parcial da Decisão nº 3951/2020. Sugestão de verificação em futura auditoria das medidas pendentes. Arquivamento.

Senhor Diretor:

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na gestão de pessoas da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em conformidade com o Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2018, aprovado na Decisão Administrativa nº 58/2017, objetivando verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas incorridas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos à área.

2. Nesta fase processual, cuida-se do exame do cumprimento da Decisão nº 1501/2021 (e-doc: A59F2954-e).

3. Esta Corte, na Sessão de 28.04.2021, proferiu a citada Decisão, nos seguintes termos:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

DECISÃO Nº 1501/2021

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – reiterar à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a Decisão n.º 3.951/2020, com os seguintes ajustes: “I – dar integral cumprimento às seguintes providências, anteriormente exaradas, o que será objeto de verificação em futura auditoria: 1) ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os previstos no art. 37 da Constituição Federal; 2) adote, com o fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas: a) das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informações que permitam o pertinente rastreamento; b) dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação; 3) mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia ‘congelada’ dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicada na alínea anterior não tenha sido concluída; 4) adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem como dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria n.º 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, inciso I, da Lei n.º 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas; II – em reiteração parcial ao contido na Decisão n.º 3.428/2019: 1) apresentar demonstrativo de todos os empregos em comissão e funções comissionadas então existentes em 29.01.2019 (data da Decisão n.º 155/2019), discriminando, para cada um deles, o símbolo, a denominação, a quantidade, a respectiva lotação na estrutura organizacional da empresa, o ato de criação (com cópia do documento pertinente), sem prejuízo de observar os reflexos advindos do Processo n.º 092.002162/2019, relativo à regularização normativa dos atos pertinentes, bem como da Decisão n.º 1.928/2020 (Processo n.º 26.911/2019); 2) informar se o novo plano de cargos noticiado nos autos em exame foi efetivamente aprovado e implantado, bem como encaminhar cópia desse documento, se isso ocorreu; 3) esclarecer, de forma circunstanciada, se os atuais critérios de cálculo do adicional noturno e do sobreaviso têm sido objeto de questionamentos judiciais e, sendo o caso, qual o entendimento que tem prevalecido; 4) justificar a não incidência das horas extras recebidas pelo empregado de Matrícula n.º 515353 sobre o adicional noturno, juntando documentação comprobatória; 5) enviar documentos que comprovem a regularização dos pagamentos indevidos relativos às rescisões

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

relacionada ao PDV, bem como a convalidação, pela Assembleia-Geral dos Acionistas, dos pagamentos a título de PPR (subitens 8 e 9 do item V da Decisão n.º 3.428/2019); 6) informar quais providências foram adotadas a respeito dos seguintes temas ou apresentar circunstanciadas justificativas para o não atendimento tempestivo do determinado: a) regularização, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal e com o Metrô/DF, das situações elencadas nas Tabelas 1 e 2, do tópico 2.3.1.2, do Relatório Final de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa; b) apuração, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo/TCDF n.º 19.718/2014, da legalidade das “acumulações de cargos” dos empregados listados na Tabela 1 referida na alínea anterior; c) observação rigorosa dos termos do plano de carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e a condenação trabalhista decorrente; d) instauração, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 1/1994, de tomada de contas especial, com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da companhia, decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações;”
II – autorizar o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências cabíveis.

4. Para facilitar o entendimento da matéria, vale tecer um breve resumo sobre o andamento processual. Em atenção à Decisão nº 155/2018 (peça 17), cópia do Relatório Prévio de Auditoria nº 9/2018 (peça 13) foi encaminhada à empresa para conhecimento e manifestação, de acordo com o art. 1º, § 1º, da Resolução TCDF nº 271/2014, combinado com o art. 41, § 2º, da LC nº 01/94.

5. A resposta da CAESB se deu por meio da Carta nº 8026/2019-PR (peça 20) e foram apresentados ainda esclarecimentos prestados pelos Srs. Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio Teixeira Pinto (peça 31).

6. A análise das referidas peças resultou no Relatório Final de Auditoria nº 9/2018 (peça 33), com base no qual o ilustre relator exarou o voto condutor da Decisão nº 3428/2019 (peça 38).

7. Em resposta, a jurisdicionada encaminhou as Cartas nº 40495/2019 - PR, nº 43646/2019 – PR, nº 45075/2019 – PR e 5967/2020 – PR (peças 51 a 54) e a Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, o Ofício nº155/2020 – GAG/CJ (peça 57).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

8. Em seguida, a análise das peças acima resultou na Decisão nº 3951/2020 (peça 63).

9. Exaurido o prazo do *decisum*, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1501/2021 (peça 71), decidiu reiterar à CAESB para que cumprisse a Decisão nº 3951/2020, com ajustes.

10. Assim, visando dar cumprimento à decisão, a CAESB encaminhou ao Tribunal diversos documentos, em especial, a Nota Técnica nº 01/2021 – SGP/DS/CAESB, elaborada pela Diretoria de Suporte de Negócio e a Nota Técnica nº 02/2021-CAESB/PR/PRG, elaborada pela Assessoria de Governança, Risco e Conformidade, dentre outros (peças 74 a 88).

11. Assim, tendo em vista as informações e os documentos juntados ao processo, passa-se à análise da Decisão nº 3951/2020, reiterada e ajustada pela Decisão nº 1501/2021, conforme se segue.

Decisão nº 3951/2020 (ajustada):

- “I – dar integral cumprimento às seguintes providências, anteriormente exaradas, o que será objeto de verificação em futura auditoria: 1) ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os previstos no art. 37 da Constituição Federal; 2) adote, com o fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas: a) das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informações que permitam o pertinente rastreamento; b) dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação; 3) mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia ‘congelada’ dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicada na alínea anterior não tenha sido concluída; 4) adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem como dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria n.º 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, inciso I, da Lei n.º 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas;”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

Resposta da jurisdicionada (item 1):

“A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída pelo Decreto Lei nº 524/1969 e regida por um Estatuto Social, bem como pela Lei Federal nº 13.303/2016.

Dessa forma, por ser entidade integrante da Administração Pública Indireta, deve obedecer aos princípios constitucionais elencados no artigo 37 da Constituição Federal, se submetendo, portanto, às regras de direito público.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que seus gestores buscam, constantemente, ter suas decisões pautadas pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, inclusive, no que diz respeito às relações trabalhistas quando do momento da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho.

Sendo assim, reafirma-se o compromisso da Companhia em observar rigorosamente os princípios norteadores da Administração Pública, em especial, os previstos no art. 37 da CF”.

Resposta da jurisdicionada (item 2):

a) *“Atualmente, o sistema de folha de pagamento da Caesb, Protheus, possui o procedimento de geração do relatório de trilha de auditoria, acessando o módulo Configurador, por meio do SIGACFG, que permite selecionar o formato do arquivo a ser gerado (Planilha, PDF, HTML), a tabela a ser verificada (de acordo com o tipo de lançamento em folha), o usuário (caso queira verificar especificamente um empregado), a rotina, data de início e fim, bem como as operações realizadas (de inclusão, alteração e exclusão).”*

b) *“O sistema Protheus possui acesso a histórico de salários, por empregado, bem como acesso aos dados cadastrais de benefícios, na tabela SRA, cujos registros servem de base para a confecção da folha de pagamento”.*

Resposta da jurisdicionada (item 3):

“Tendo sido concluída a providência elencada, torna-se sem efeito o presente item”.

Resposta da jurisdicionada (item 4):

“Essa Diretoria corrobora com os esclarecimentos ora prestados pela Superintendência de Gestão de Pessoas no documento de id. 342955, no sentido de que deve ser considerado que as contratações nas empresas públicas que não recebem recursos financeiros do Tesouro, obedecem, em geral, às demandas de mercado.

Nessa perspectiva, há de se ponderar que um ato fixo de quadro de pessoal poderá acarretar um possível engessamento da política de gestão de pessoas da Companhia, gerando dificuldades no atendimento das necessidades técnicas da empresa.

Dessa forma, não vislumbramos aplicação prática de estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas de pessoal, considerando que as contínuas transformações legislativas e tecnológicas resultam na necessidade de constante reorganização da estrutura da empresa, com base em suas necessidades reais”.

12. Apesar dos esclarecimentos prestados pela jurisdicionada, nada obstante, constou da própria Decisão nº 3951/2020 que as providências adotadas pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

jurisdicionada relativamente a esse item seriam objeto de verificação em fiscalização futura, de modo que, desta feita, se tem por despidendo tal pronunciamento.

13. Contudo, por relevante, optou-se por tecer esclarecimentos adicionais a respeito do subitem 4. A resposta da jurisdicionada se assemelha ao anteriormente alegado, quando instada a se manifestar por conta do Relatório Prévio de Auditoria. Naquela oportunidade, a diligente equipe de auditoria não vislumbrou nos esclarecimentos prestados pela empresa, motivos para o não acolhimento do que fora proposto no achado de auditoria, motivo pelo qual manteve seu posicionamento quanto à manutenção do achado, bem como de sua respectiva proposição, conforme explicitado abaixo:

“137. Inicialmente, cabe destacar que a proposição resultante do presente achado de auditoria, no sentido de que a empresa baixasse ato estabelecendo seu quadro de pessoal, não pode ser confundida como uma mera fixação de quantidades imutáveis de pessoas, portanto, não susceptível a revisão.

138. Como salientado nos §§ 127 e 128 deste Relatório, o estabelecimento do quadro permanente requer estudos que demonstrem seu alinhamento aos objetivos sociais, às estratégias da empresa, bem, ainda, constante monitoramento de forma a garantir sua adequação à realidade, ou nas palavras da Caesb aos “... imperativos ambientais, orientação estratégica da gestão, desenvolvimento tecnológico, orçamento financeiro entre outros fatores”, como preconizado, inclusive, no mencionado Plano de Carreira da Companhia, no tópico que versa sobre a “DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO / POLÍTICAS DE PESSOAL”.

*139. A quantificação das necessidades é reconhecida pela empresa, a ponto de motivar a Gerência de Captação de Pessoal e Gestão de Carreiras, a buscar junto à “...uma consultoria especializada em **dimensionamento de pessoal nas organizações**”, (grifou-se) o instrumental necessário à formulação de uma metodologia “... de avaliação das necessidades de contratação...”.*

140. É de se esperar, que por intermédio de tal metodologia a empresa tenha condição de mensurar, portanto quantificar, suas necessidades de pessoal em nível de carreiras/especialidades/lotação, tendo por referencial todo o seu contexto operacional, bem ainda, as condicionantes indicadas pela Empresa e transcritas no § 138 acima.

141. O que se propõe neste achado de auditoria é que o resultado de tal estudo/levantamento se traduza em ato formal, por meio do qual a empresa publicite suas necessidades (por meio do estabelecimento do quadro de pessoal), viabilizando o exercício das atividades de controle tanto no âmbito interno como externo.

142. A medida em questão não se constitui obstáculo à gestão, vez que tal quadro pode, e deve, ser revisto sempre que necessário, observada, apenas, as alçadas de competência previstas no Estatuto. A necessária e constante revisão se daria de forma sistematizada e cíclica, à vista da metodologia sugerida pela Unidade de Pessoal, que, acredita-se, esteja dotada de mecanismos que permitam o seu contínuo monitoramento, tal como preconizado pela empresa na seguinte passagem de seus esclarecimentos,

...mais importante que a definição de um quantitativo fixo de colaboradores é a avaliação continuada da necessidade de pessoal por meio de um processo sistemático e estruturado.

143. Assim, na hipótese de vacância de cargo/emprego não mais necessário à Caesb, ou no momento em que se vislumbra que determinado cargo/emprego – por razões tecnológicas, econômicas ou estratégicas – não mais se faz necessário à empresa, caberá a Administração extingui-lo, de forma a adequar o Quadro Permanente às necessidades da Companhia.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

144. Ao que parece, o cerne da preocupação, ainda que não explicitada, estaria relacionada a uma eventual falta de agilidade da empresa em adequar o Quadro de Pessoal aprovado à dinâmica imposta pelas mutações observadas no contexto em que a empresa se encontra inserida.

145. Sobre a afirmação de que a existência de um quadro de pessoal poderá ensejar, pela via judicial, medidas tendentes a obrigar a empresa a contratar pessoal mesmo quando não haja efetiva necessidade, cabe observar a existência de reiteradas decisões do STJ¹ no sentido de que apenas o candidato aprovado dentro do número de vagas tem direito líquido e certo à nomeação.

146. Ainda sobre a “hipótese” acima referida, cabe observar especialmente o que restou decidido pelo STF, em Tese de Repercussão Geral, definida no RE 837.31137, acerca do Tema 784 (Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público, no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame), verbis:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: “O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expreso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1– Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.” Vencido o Ministro Marco Aurélio, que se manifestou contra o enunciado. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 09.12.2015. (grifou-se)”

14. Dessa forma, reiteramos a necessidade de que a CAESB adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem como dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria n.º 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, inciso I, da Lei n.º 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas, cujas providências, conforme já constou da Decisão nº 3951/2020, serão objeto de verificação em futura auditoria.

- “II – em reiteração parcial ao contido na Decisão n.º 3.428/2019:

¹ Processo : RMS 20718 / SP - Relator (a): Ministro PAULO MEDINA (1121) - Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA - Data do Julgamento: 04/12/2007; (MS 11992/DF , 3ª Seção, Rel. Min. Paulo Medina, DJU de 02/04/2007). (Processo : REsp 918687 - Relator:(a) Ministro FELIX FISCHER - Data da Publicação: 06/02/2009); RE 227480/RJ, rel. orig. Min. Menezes Direito, rel. p/ o acórdão Min. Cármen Lúcia, 16.9.2008. (RE-227480).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

1) apresentar demonstrativo de todos os empregos em comissão e funções comissionadas então existentes em 29.01.2019 (data da Decisão n.º 155/2019), discriminando, para cada um deles, o símbolo, a denominação, a quantidade, a respectiva lotação na estrutura organizacional da empresa, o ato de criação (com cópia do documento pertinente), sem prejuízo de observar os reflexos advindos do Processo n.º 092.002162/2019, relativo à regularização normativa dos atos pertinentes, bem como da Decisão n.º 1.928/2020 (Processo n.º 26.911/2019);”

15. Em relação ao item acima, informa a jurisdicionada que foi publicada no DODF a Lei nº 6.693/2020, que dispõe sobre os empregos em comissão na CAESB, cujos anexos contêm as informações demandadas por esta Corte de Contas. Destacou ainda que as informações constantes da referida Lei refletem o quantitativo existente em 29/01/2019.

16. Apesar de não apresentar esclarecimentos a respeito dos reflexos advindos do Processo nº 092.002162/2019, no tocante à regularização normativa dos atos pertinentes, bem como da Decisão nº 1928/2020 (Processo TCDF nº 26.911/2019), entende-se que tais perquirições restaram superadas, cabendo informar que o referido processo TCDF foi arquivado, por meio da Decisão nº 5084/2020, uma vez que as informações e as documentações encaminhadas pela CAESB e pelo gabinete do Governador do Distrito Federal (aí incluída a notícia sobre a edição da lei mencionada) foram consideradas satisfatórias.

- “2) informar se o novo plano de cargos noticiado nos autos em exame foi efetivamente aprovado e implantado, bem como encaminhar cópia desse documento, se isso ocorreu;”

17. Informa a jurisdicionada que aprovou a implantação de um novo PCCS por meio de Termo Aditivo ao ACT, cujos termos foram discutidos e aprovados em comissão paritária constituída por representantes da CAESB e do Sindágua. Os documentos comprobatórios constam das peças 78 a 80 (PCCS, ACT e Termo Aditivo, respectivamente).

18. Da análise do Primeiro Termo Aditivo ao ACT, percebe-se que a implantação do PCCS ocorreu em 01/01/2020 e que, a partir desta data não haverá mais concessão de novos anuênios, bem como não será mais efetivada a movimentação em um degrau na tabela salarial do SGPC, cujos empregados participarão de Processos Seletivos Internos para Progressão.

- “3) esclarecer, de forma circunstanciada, se os atuais critérios de cálculo do adicional noturno e do sobreaviso têm sido objeto de questionamentos judiciais e, sendo o caso, qual o entendimento que tem prevalecido;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

Resposta da Jurisdicionada

“Quanto ao adicional noturno, de um total de 225 (duzentos e vinte e cinco) empregados que atualmente recebem o citado adicional, somente 8 (oito) tiveram processos judiciais com deferimento de que o cálculo seja sobre remuneração.

Seguem abaixo os números dos processos, cabendo salientar que nem todos tem como objeto exclusivo a base de cálculo do adicional noturno:

Processos nº

0001364-80.2017.5.10.0010

0001404-47.2017.5.10.0015

0001447-08.2017.5.10.0007

0001474.25.2016.5.10.0104

0001392-39.2017.5.10.0013

0001461-89.2017.5.10.0007

0001387-23.2017.5.10.0011

0001412-57.2017.5.10.0004

*Ressaltamos que o posicionamento pode variar, de acordo com a sentença, conforme pode ser observado no processo mencionado no relatório do TCDF, de nº 0001069-10-2017.5.10.0021, de um empregado desligado da Companhia em 2016, em que houve o entendimento de que a verba Anuênio **não** deveria compor a base de cálculo do adicional noturno, por incidir sobre o salário base:*

207. Quanto à integração do anuênio à referida base de cálculo aquele juízo, divergindo dos entendimentos do TST citados nos §§ 204 e 205, indeferiu o pleito “Tendo em vista que os instrumentos normativos da categoria (p.70-71) estabelecem que os anuênios tem como base de cálculo o salário nominal do empregado, não incidindo sobre as demais parcelas de natureza salarial, incabível a integração da parcela no cálculo do adicional noturno” (o ATS, na Caesb incide, de fato sobre o salário-base (100)).

*Assim como no processo nº 0001461-89.2017.5.10.0007, o entendimento foi de que a verba Gratificação de Titulação **não** deveria ser base de cálculo, por também incidir sobre o salário base, conforme previsto em ACT - Acordo Coletivo de Trabalho:*

Razão assiste ao pleito patronal quanto ao indeferimento dos reflexos das horas extras na gratificação de titulação, porquanto sua base de cálculo é o salário nominal do empregado, conforme norma coletiva.

Dou provimento parcial.

*Quanto ao **sobreaviso**, não há processos judiciais deferidos cujo objeto seja a base de cálculo do referido adicional, a incidir sobre a remuneração, de um total de 245 que o recebem, tendo como referência o mês de maio/2021.”*

19. Entende-se que a resposta da jurisdicionada foi satisfatória, tendo esclarecido os critérios de cálculo do adicional noturno e do sobreaviso, inclusive, quanto aos questionamentos judiciais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

- “4) justificar a não incidência das horas extras recebidas pelo empregado de Matrícula n.º 515353 sobre o adicional noturno, juntando documentação comprobatória;”

Resposta da Jurisdicionada

“Considerando o disposto na:

OJ-SDI1-97 HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO (inserida em 30.05.1997)
O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno. (grifo nosso)

Sempre procedemos o cálculo das horas extras praticadas no período noturno adicionando a regra do adicional noturno, conforme exemplos abaixo:

Verba 126 = Hora extra noturna = Remuneração /carga horária/52,5 *60* 1,8

Verba 146 = Hora extra noturna DOM/FERIADOS = Remuneração/carga horária/52,5*60*2,4

onde: fazemos a transformação da hora diurna em hora ficta e aplicamos o percentual de hora extra 50% mais os 20% de adicional noturno, resultando no multiplicador 1,8 da verba 126 e no 2,4 da verba 146.

No caso do empregado matrícula 515353, utilizado como exemplo no relatório do TCDF, o mesmo somente realizou hora extras diurnas, conforme se observa na folha de frequência anexa, tendo sido aplicado para o cálculo a regra abaixo:

Verba 125 = Hora extra 50% = Remuneração /carga horária* 1,5

Assim, consideramos como cumprida a orientação jurisprudencial nos pagamentos realizados pela Companhia, pelo entendimento de que cabem quando as horas extras são prestadas no período NOTURNO, que **não** foi o caso do citado empregado.

20. Conforme esclarecimentos apresentados, a não incidência das horas extras recebidas pelo referido empregado sobre o adicional noturno, justificou-se pelo fato de que o citado empregado não realizou hora extra no período noturno.

- “5) enviar documentos que comprovem a regularização dos pagamentos devidos relativos às rescisões relacionada ao PDV, bem como a convalidação, pela Assembleia-Geral dos Acionistas, dos pagamentos a título de PPR (subitens 8 e 9 do item V da Decisão n.º 3.428/2019);”

21. Informa a jurisdicionada que procedeu à regularização dos pagamentos devidos realizados nas rescisões do PDV/2018, efetuando os ajustes na folha de pagamento de novembro/2020 sob a verba “870 – Dev. Média 13ª Rescisão”, cujo documento comprobatório consta da peça 81 (atendimento do subitem 8).

22. Em relação ao subitem 9 do item V da Decisão nº 3428/2019, informa que constou da ordem do dia da 113ª – AGE (Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas), com previsão inicial de realização em 29/04/2020, a qual ainda não foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

reinstalada. Considerando que os pagamentos a título de PPR ainda não foram convalidados pela citada assembleia, sugere-se o acompanhamento do tema, o que será objeto de fiscalização em futura auditoria.

- “6) informar quais providências foram adotadas a respeito dos seguintes temas ou apresentar circunstanciadas justificativas para o não atendimento tempestivo do determinado:

a) regularização, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal e com o Metrô/DF, das situações elencadas nas Tabelas 1 e 2, do tópico 2.3.1.2, do Relatório Final de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa;”

Resposta da Jurisdicionada

“Das pendências apontadas no Relatório Final de Auditoria, restavam pendentes de regularização os casos abaixo:

• **Adriana Rodrigues de Melo Tavares**

A empregada autorizou que esta Companhia realizasse o desconto em contracheque referente ao vale alimentação recebido em duplicidade na Caesb e na Secretaria de Educação do DF, no valor atualizado de R\$19.525,68 (dezenove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), em 13 (treze) parcelas, cuja dívida já foi integralmente quitada, conforme comprovantes constantes do **Anexo 8**.

• **Iodesvaldo Garcia da Silva**

O empregado ingressou na Justiça do Trabalho com o Processo 0000044- 57.2020.5.10.0020, tendo sido proferida sentença (**Anexo 9**) que determinou que a reclamada (Caesb) se abstenha de realizar descontos na folha de pagamento do autor a título de devolução ao Erário do benefício alimentação recebido em duplicidade.

Após ciência do teor da sentença, esta Companhia notificou a Secretaria de Estado de Educação do DF para tomar as providências pertinentes naquele órgão, conforme Ofício Nº 35/2020 - CAESB/DS/SGP (**Anexo 9**).

Sendo assim, a diligência deve ser direcionada à SEEDF.

• **André Pires dos Santos**

A cobrança do débito do ex-empregado André Pires dos Santos é objeto do Processo 0000008-69.2016.5.10.0015.

A SGP identificou que o Sr. André possui vínculo com o MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em consulta realizada na RAIS 2018, onde o mesmo consta da consulta de servidores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

Ativos - base outubro/2019, bem como na consulta de remuneração - base outubro/2019, os dois últimos foram extraídos do site <http://www.mpdft.mp.br/transparencia>.

*Em vista do exposto, a Procuradoria Jurídica da Caesb foi instada a notificar o fato à justiça para penhorar 20% dos rendimentos líquidos até atingir o valor da dívida, e em 21/08/2020 a Companhia foi intimada com a seguinte movimentação: "Aguarda-se pelo cumprimento da transferência de valores. Prazo de 180 dias." (**Anexo 10**)".*

23. De acordo com a documentação acostada aos autos (peças 82 e 83), bem como das informações prestadas pela jurisdicionada, tem-se por cumprida a diligência em relação aos empregados Adriana Rodrigues de Melo Tavares e Iodesvaldo Garcia da Silva. Em relação à situação do empregado André Pires dos Santos, ficou pendente a comprovação da devolução dos valores percebidos indevidamente, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

24. Quanto às outras situações apontadas nas Tabelas 1 e 2, do tópico 2.3.1.2. do Relatório Final de Auditoria, deixou a jurisdicionada de tecer comentários adicionais e enviar documentação comprobatória de seu cumprimento, restringindo-se a informar que somente os três casos listados acima restavam pendentes de regularização. Considerando que os dados financeiros da CAESB não se encontram disponíveis no SIGRH, ficamos, por ora, impossibilitados de consulta simplificada à folha de pagamentos com o objetivo de verificar a continuidade, ou não, de percepção indevida (duplicidade) de benefícios. Sendo assim, a jurisdicionada deverá juntar os documentos que julgar necessários a fim de comprovar a regularização de todos os outros casos constantes das supracitadas Tabelas, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, o que também será objeto de verificação em futura auditoria.

- *"b) apuração, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo/TCDF n.º 19.718/2014, da legalidade das "acumulações de cargos" dos empregados listados na Tabela 1 referida na alínea anterior;*

25. Em relação ao item acima, entendeu a CAESB ser desnecessária a realização de apuração adicional para os casos mencionados. Contudo, conforme apontado em parágrafo alhures, não foram juntados documentos comprobatórios da regularização das situações apontadas. De todo modo, o Tribunal vem acompanhando os casos de acumulação de cargos em fiscalizações específicas, instauradas após o arquivamento do Processo 19718/2014, a exemplo do Processo 4031/2020, dispensando perquirições adicionais sobre o tema nos presentes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

- “c) observação rigorosa dos termos do plano de carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e a condenação trabalhista decorrente;”

Resposta da Jurisdicionada

“Em 01/01/2020, a Caesb aprovou a implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS por meio do 1º Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021. Os termos do novo PCCS foram discutidos e aprovados em comissão paritária constituída por representantes da Caesb e Sindágua.

A Companhia transformou a estrutura dos cargos, extinguindo os níveis de complexidade I, II e III, pois tratavam apenas da evolução salarial na carreira sem considerar, na prática, uma distinção entre as atribuições entre os ocupantes de níveis distintos.

O novo PCCS não prevê distinção de níveis de complexidade no âmbito dos cargos. Isso se deu em função de extinguir definitivamente qualquer dúvida que poderia existir quanto a possíveis casos de desvio de função dentro de um mesmo cargo por motivo dos níveis de complexidade, que foi a principal razão de ações judiciais impetradas em desfavor da Caesb com esse objeto.

Em todo processo de movimentação de empregados é realizada uma verificação cuidadosa por parte da área de gestão de pessoas, na qual são analisadas a compatibilidade entre as atividades previstas no descritivo de cargos e a demanda de trabalho da unidade solicitante. Os casos de incompatibilidade são devolvidos para adequação ou, caso persista o impedimento, o processo de movimentação é cancelado.

Eventualmente, esta gerência participa de inspeções técnicas em conjunto com a Gerência de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para avaliar as atividades desenvolvidas pelos profissionais”.

26. Os esclarecimentos prestados foram considerados satisfatórios, tendo, a jurisdicionada, apresentado ações concretas tendentes a diminuir os possíveis casos de desvio de função dentro de um mesmo cargo por motivo dos níveis de complexidade. Ademais, informa que realiza verificação cuidadosa entre a compatibilidade das atividades previstas no descritivo de cargos e a demanda de trabalho da unidade solicitante.

- “d) instauração, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 1/1994, de tomada de contas especial, com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da companhia, decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações;”



27. Quanto ao tema, informa a CAESB que *“foi autuado na Companhia o Processo nº 00092-00012200/2020-60, por meio do qual a Gerência de Investigação Preliminar da Caesb, está realizando trabalho de investigação preliminar, com a finalidade de proceder à individualização dos(s) agente(s) e quantificação dos eventuais danos, de acordo com as informações constantes dos autos das respectivas reclamações, e que foram reconhecidas pelo Poder Judiciário”*.

28. Considerando a informação prestada e ainda que, até a presente data, não foram encaminhados os resultados do trabalho, sugere-se que o acompanhamento deste tema seja objeto de verificação em futura auditoria.

Conclusão e Sugestões

29. Como se verifica as informações e os documentos apresentados pela jurisdicionada foram considerados, em sua grande maioria, satisfatórios, à exceção de itens pontuais em que seu cumprimento será objeto de verificação em futura auditoria.

30. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento da Carta nº 130/2021-CAESB/PR, da Nota Técnica nº 01/2021 – SGP/DS/CAESB, elaborada pela Diretoria de Suporte de Negócio e da Nota Técnica nº 02/2021-CAESB/PR/PRG, elaborada pela Assessoria de Governança, Risco e Conformidade, dentre outros documentos acostados aos autos (peças 74 a 88);

II. considerar atendido o item II da Decisão nº 3951/2020 (reiterado pela Decisão nº 1501/2021), à exceção dos seguintes pontos, os quais serão objeto de verificação em futura auditoria:

- a. convalidação, pela Assembleia-Geral dos Acionistas, dos pagamentos a título de PPR (subitem 9 do item V da Decisão n.º 3.428/2019);
- b. adotar providências, ou concluir as já iniciadas, a respeito dos seguintes temas:
 - 1) regularização, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal e com o Metrô/DF, das situações elencadas nas Tabelas 1 e 2, do tópico 2.3.1.2, do Relatório Final de Auditoria (à exceção da situação dos empregados Adriana Rodrigues de Melo Tavares e Iodesvaldo Garcia da Silva), inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 31350/2018-e

Rubrica

indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa;

- 2) instauração, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 1/1994, de tomada de contas especial, com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da companhia, decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações;

III. autorizar a remessa de cópia da presente instrução e da decisão que vier a ser adotada, à CAESB, às Secretarias de Educação e de Saúde, bem como ao Metrô/DF para subsidiar a adoção das providências indicadas, bem como o retorno do presente feito à SEFIPE para os devidos fins e posterior arquivamento.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2021.

Renato Fabbrini Marsiglio

Auditor de Controle Externo

Mat. nº 1450-2